

Caxias e Mitre



*José Fernando de Maya Pedrosa**

Resumo: O autor analisa o relacionamento entre Caxias e Mitre – *uma história de conflitos e ajustamentos, de políticas diferentes e de personalidades diversas que interpretavam variadas tendências próprias da Revolução Industrial e seu racionalismo, pela primeira vez entre nós, ao saber dos equívocos do Tratado da Tríplice Aliança e das interpretações da imprensa da época.*

Palavras-chave: Luiz Alves de Lima e Silva, Caxias. Bartolomeu Mitre.

Diz a tendência dos novos tempos que os pactos regionais terão início pelas conveniências econômicas e políticas, terminando em acordos e tratados de natureza militar.

Se esse prognóstico for correto, como parece, o tema *Caxias e Mitre* será de importância incontestável nos estudos para uma doutrina de forças militares interaliadas nesta parte estratégica do continente.

O encontro destes dois chefes é uma história de conflitos e ajustamentos, de políticas diferentes e de personalidades diversas que interpretavam variadas tendências próprias da Revolução Industrial e seu racionalismo, pela primeira vez entre nós.

É também uma história de desconfianças nem sempre confirmadas, mas fruto de um quadro de controvérsias, zelo pelas causas nacionais e decisões de comando consideradas inaceitáveis pelos chefes subordinados.

No plano da Política, o assunto sugere meditação, pelos que tratam de textos reguladores de alianças internacionais, aproveitando os ensinamentos decorrentes da aplicação do Tratado da Tríplice Aliança, de 1º de maio de 1865.

Sugere também que se prepare o homem brasileiro para o trato com a defesa externa que, em outros países e nas grandes potências, é entregue, em nível de assessoria governamental, aos civis surgidos das universidades.

O encontro de Caxias com Mitre responde ao quadro das relações entre o Bra-

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Sócio titular do IGHMB.

sil e a Argentina, a partir da questão uruguaia aberta em abril de 1863 com a invasão de Flores para depor o governo *blanco* de Atanásio Aguirre. Além disso, nos horizontes escuros do médio Rio Paraná e do Rio Paraguai, surgia, no bojo da problemática de Assunção (limites e navegação dos rios interiores), uma ameaça militar para ambos os países no armamentismo iniciado por Carlos López e continuado pelo seu filho Solano.

Naquele encontro de interesses, nem sempre convergentes, a Argentina carecia de unidade nacional, o que havia no Império do Brasil depois da Farroupilha e da pacificação da revolta pernambucana de 1848.

Mitre vencera os federalistas em Pavan (1861), mas a submissão de Urquiza não assegurava ao governo da República Argentina (antes Confederação) a tranquilidade suficiente para tratar dos problemas de vizinhança, motivo pelo qual guardava-se em Buenos Aires uma neutralidade duvidosa.

No Brasil, mercê das práticas liberais do Imperador D. Pedro II e do modelo parlamentarista adotado no Império, fervilhava a política partidária enquanto os governantes evitavam cuidar da defesa do País.

O Império estava desarmado.

Caxias, seu melhor soldado, na opinião de todos, vivia no ostracismo por motivos partidários e pela absoluta superação do fator político sobre o militar, vésperas de uma guerra.

Mitre, por sua vez, era o próprio presidente da nação, digamos mesmo, mais político do que militar, desfrutando de uma po-

sição de liderança crescente mas ameaçada pelo quadro continental e interno.

Dessa forma, nos preliminares do tratado, antes mesmo da invasão paraguaia de abril de 1865 em Corrientes, colocava-se Mitre numa posição de apoio, mas de certa indiferença para com a diplomacia do Império, jogando com as peças da política e da diplomacia como uma dama cortejada por muitos, embora insegura pelas circunstâncias incertas do momento.

Sabe-se que o tratado interpretou o desejo ardente do Brasil, enquanto a Argentina levou vantagens e pouco contribuiu. Pelo menos esse é o pensamento de nossos mais ilustres historiadores.

Nos bastidores políticos de Buenos Aires, o tratado abria a possibilidade de se formar uma Argentina prevalente na região, podendo concretizar o sonho unitarista de Sarmiento, Mitre, Elizalde, Marmol, João Alberdi e do exilado Manuel de Rosas, na reconstituição, em bases republicanas, do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.

Enquanto isso se passava na mente de Mitre e dos argentinos (segundo a maioria de nossos historiadores), a diplomacia brasileira não atentara para o aspecto militar da aliança.

Passados tantos anos, seus enganos interessam a todos nós como causas dos futuros desentendimentos de Caxias com Mitre, um ano e sete meses depois, ao chegar no Paraguai, em novembro de 1866.

Como se sabe, o Império do Brasil surgiu, para a República Argentina, como uma solução prática e econômica para vencer o invasor com os recursos do aliado, enquanto colocava sob controle os caudilhos centrais

de Entre Rios e Corrientes e levava dinheiro para os cofres privados em negócios de abastecimento de guerra.

Mitre teria, portanto, muita habilidade e motivação para tratar bem com os generais e diplomatas brasileiros e trabalhar para exercer o seu comando na Tríplice Aliança, pensando em governo e em guerra ao mesmo tempo, afastando-se por duas vezes para cuidar da manutenção da ordem interna argentina, freqüentemente gerando desconfianças infundadas para alguns analistas, para outros evidentes demais na análise dos fatos.

Por outro lado, Caxias ficara insatisfeito com o tratado assim como alguns parlamentares de seu tempo, membros da Seção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, Imprensa do Rio de Janeiro, conservadores fora do Governo.

Para o velho e experiente soldado, o comando-em-chefe nas mãos de Mitre não era solução conveniente ao Brasil, pois se deixava de lado seu plano de ações convergentes e independentes sobre Assunção, evitando-se subordinações inconsistentes e melindres entre os chefes militares na dura responsabilidade da campanha.

Francisco Octaviano de Almeida Rosa, por sua vez, no afã de obter a adesão rápida da Argentina, como argumentou posteriormente em discurso na Câmara dos Deputados, concentrou o comando militar da aliança (Art 3º) na pessoa de Mitre, de acordo com escrúpulos internacionais relativos à imagem do Brasil no mundo, e movido pelo apuro na assinatura do texto que, de imediato, isolaria politicamente e militarmente o Paraguai, num

quadro internacional ainda desfavorável ao Brasil.

Ele era um civil em missão diplomática sem instruções específicas sobre o componente militar do tratado em vista, mesmo porque, como se sabe, o assunto não era valorizado entre os políticos da época, muito menos pelos liberais, nem mesmo pelo Imperador D. Pedro II.

Não havia, ao lado de Octaviano, uma assessoria militar competente, em ligações imediatas com o Império, nem conhecimento por ele da arte ou da ciência da guerra.

Rememoremos que, no desenvolvimento das operações, faltou às tropas brasileiras e à esquadra um comando unificado, motivo de experiências vividas com amargura e desconfiança entre os chefes, minando o relacionamento entre eles e causando até mesmo o desastre militar de Curupaiti.

Dessa forma, o encontro de Caxias com Mitre, embora cordial e respeitoso, trazia um passado desagradável, apesar da nova situação criada em outubro, com o comando das tropas brasileiras e da esquadra numa única figura, corrigindo as distorções anteriores do tratado.

A grande disparidade entre os efetivos brasileiros e argentinos, por sua vez, afetara também o moral dos chefes brasileiros na fase inicial da campanha, situação que continuou durante o comando de Caxias, pela incompreendida igualdade entre as nações no tratado e pelo fato da pequena representação argentina não respaldar os poderes de Mitre no comando.

Por isso mesmo, no espírito dos brasileiros, o tratado foi uma forma de propiciar

à Argentina uma situação privilegiada, não apenas na guerra como na paz, pois o seu artigo 16º lhe dava fronteiras com o Brasil na Baía Negra, contrariando toda a tradição da política e equilíbrio do Império no Rio da Prata.

Essa situação, na qual a Argentina levaria vantagem, sugeria que desejava incorporar o Paraguai depois da guerra.

Tal estado de espírito promoveu certa predisposição entre os chefes brasileiros para desconfiarem das intenções de Mitre, porque se pensou que decidia em função de interesses de seu país, inclusive manobrando com Solano López para uma paz em separado, já que a guerra era impopular na Argentina revolucionada por sucessivos levantes.

Não se pode saber se verdadeiros ou falsos eram os gestos de Mitre como um homem de boa-fé e um soldado leal, mas as circunstâncias criadas pelos erros do tratado caíram em forma negativa sobre seu comando. Além disso, alguns fatos ocorridos durante a guerra contribuíram para o agravamento daquele clima, dentre eles o de ter Mitre aceito a conferência com Solano López, naquele momento crucial do prosseguimento do ataque de Curuzu sobre Curupaiti, em setembro de 1866.

O erro de Mitre em aceitar a Conferência de Itaiti Corá, ou a sua intenção de terminar unilateralmente a guerra, seria um motivo de abalo no moral do comando aliado, posteriormente citado por Caxias naquela questão do emprego da esquadra para romper o passo de Humaitá, do qual falaremos adiante.

Outro aspecto que andou prejudicando a harmonia e a disciplina no comando da guerra, e que influenciou no relacionamento de Caxias com Mitre, foi o costume das decisões colegiadas nas juntas de guerra ou conselhos, agora agravado pelas indefinições do tratado sobre o princípio da autoridade na campanha. Assinale-se aos estudiosos do assunto que este é o ponto mais sensível na organização de um comando interaliado.

As vontades discordantes manifestadas em atas em separado, as divergências nem sempre esclarecidas com franqueza, as ligações de comando indiretas e em forma de ofícios confidenciais e “memórias”, separadas por dias e até semanas de protelações, tudo isto dificultava o andamento das decisões e minava o moral do comando.

Mitre, por sua vez (sente-se em sua correspondência particular e em documentos), julgava-se prejudicado em vários episódios, constatando que seu comando era apenas nominal, com decisões tomadas “de comum acordo”, debaixo de constantes ponderações e mudanças nos planos e ordens.

Essa situação ambígua foi identificada pelo próprio Mitre quando sentiu que a esquadra de fato não estava sob suas ordens, e que apenas devia colaborar com as tropas terrestres, agindo com independência inaceitável, segundo ele. Tal situação ficou mais clara e desagradável quando o General Porto Alegre, junto a Tamandaré e apoiado por uma diretoria governamental, deslocou o 2º Corpo de Exército para Tuiuti-Passo da Pátria, quando a manobra concebida pelo comandante-em-

chefe era empregá-lo de forma independente sobre Humaitá.

Ficaram famosos na história os incidentes de comando entre Mitre, Tamandaré e Porto Alegre, durante o planejamento e a execução da manobra sobre Curuzu e Curupaiti, em agosto e setembro de 1866, em meio da desastrosa conferência de Itaiti Corá, que terminaram na estabilização das operações até julho do ano seguinte.

Convém lembrar, mesmo que genericamente, que o General Porto Alegre negou subordinar-se a Tamandaré em Curuzu, e que manifestou discordância com a organização dos comandos na manobra sobre Curupaiti, afirmando que sua tropa não ficaria subordinada diretamente a nenhum general estrangeiro, no caso o próprio Mitre.

Como sabemos, a derrota de Curupaiti aprofundou ainda mais o desentendimento entre os generais brasileiros em relação a Mitre que “estava irritadíssimo com as constantes resistências de Tamandaré e Porto Alegre ao seu comando. Teria até mesmo advertido Tamandaré sobre isto,” segundo transcreveu Francisco Doratioto, em *Maldita Guerra*, de uma carta dele a Rufino Elizalde, no dia 13 de setembro de 1866.

Se de fato foram sinceras as críticas de Mitre aos chefes brasileiros, eis o resultado das imperfeições do tratado quanto à falta de unidade de comando, não apenas entre as tropas brasileiras e a esquadra, como no âmbito da própria direção geral da guerra, apesar de ter ficado claro que esta estaria na pessoa de Mitre.

Parece correta a idéia de Doratioto de que Mitre adotava uma postura “pragmática e leal” com os comandantes brasileiros durante esses episódios. E que se manteve fiel a uma aliança com o Brasil, mas que os constantes incidentes abriram um fosso entre ele e os generais brasileiros.

Ainda acha o historiador (discordando de outros historiadores brasileiros) que Mitre manteve-se firme em Itaiti Corá ao espírito do tratado, o que parece razoável à vista de seus depoimentos. Mas que não se pode redimi-lo por inteiro de suspeitas porque, como se sabe, nem o tratado permitia a ele tratar diretamente com López, nem estavam presentes seus aliados naquele momento.

No âmbito do teatro de operações, via-se um momento crucial, porque as semanas se escoavam desde Curuzu e as forças paraguaias ganhavam tempo para preparar as defesas de Curupaiti. A história, por outro lado, exime Mitre da culpa pela derrota de Curupaiti, porque Tamandaré pedira o adiamento do ataque em vista das condições precárias para a observação do tiro da esquadra, em razão das chuvas torrenciais que caíram na região. Mas a desconfiança estava implantada quando se imaginou que Itaiti Corá fora manobra de López enganando Mitre, ou em combinação com ele, para ganhar o tempo que precisava.

Caxias, ainda no Brasil, era um homem magoado com a condução política da guerra e usava de todas as reservas morais e espirituais para manter a disciplina e continuar ativo, embora submetido ao ostracismo que lhe impuseram. Como era próprio de sua personalidade, as asperezas da vida não

constituíam motivo de desânimo, e suas dificuldades com os gabinetes e partidos, pelo contrário, traziam para ele força moral para suportar novos embates.

Tempos depois, em seu famoso discurso de 15 de julho de 1870, ele caracterizou os descaminhos da política partidária em relação à guerra, quando o desejo dos liberais em governo era superar as questões de defesa e prestigiar o presidente da província do Rio Grande do Sul, um homem, segundo ele, desafinado com as questões da guerra, mesmo na qualidade de comandante da Guarda Nacional.

Como se sabe, por esse motivo ele não fora nomeado para o comando das forças do Império no início do conflito.

O Ministro da Guerra, Brigadeiro José Egydio Gordilho de Barbuda, que se pensava nomeado por ser seu desafeto, era uma figura que, no passado, Caxias nunca desejara comandar. E perguntava, na época daqueles fatos, “como haveria de servir sob seu comando”. E “o que diriam meus subordinados sabendo que eu não poderia contar com a necessária confiança do Ministro da Guerra,” pois eram notáveis as desavenças?

Relembrou, naquele discurso, que fora convidado pelo Gabinete liberal de Zacarias de Góes para o comando no Paraguai, depois dos desastres iniciais, impondo apenas que recebesse do governo “confiança total”, e que, em função disso, ocorrera a demissão do Ministro da Guerra, Conselheiro Ângelo Ferraz, também do Partido Liberal.

Assim, a chegada de Caxias no Paraguai, em novembro de 1866, representara

uma notável mudança de atitude do Governo brasileiro, valorizando o fator militar e o teatro de operações e minimizando o fator político nas medidas de guerra que, no sistema do tratado, havia causado tantos dissabores.

Além disso, mudara a orientação do Império perante a organização do comando brasileiro, dessa vez centralizado na pessoa de Caxias, determinando um relacionamento mais independente e condicional dele com o comando-em-chefe.

Por certo, naquele “confidencial” de 21 de outubro de 1866, pedindo definições do Gabinete através do Ministro da Guerra, Caxias considerava as amargas experiências de Curuzu, Curupaiti e outras mais na fase inicial da guerra.

Sem dúvida, permitam-me recordar, entravam em jogo as desconfianças que invadiram o espírito dos chefes brasileiros nos meses iniciais da guerra. E a pergunta característica foi justamente a quarta que mais importa ao entendimento de suas futuras divergências com Mitre: “Se Mitre persistir em seu sistema de temporização, o general brasileiro, julgando-se habilitado a operar por si só, deve fazê-lo com ou mesmo sem o acordo daquele aliado?”

E Paranaguá, uma a uma, responde às suas inquietações.

A última palavra no comando dos exércitos aliados, segundo ele, era a de Mitre, mas o general brasileiro teria voto independente nas deliberações do plano de campanha; ao General Mitre cabia apenas a execução geral das operações determinadas, mas não tinha o direito de destacar forças brasileiras para operarem sob suas or-

dens imediatas, ou de qualquer outro general estrangeiro, quando o general brasileiro não julgasse conveniente; na hipótese de Mitre persistir retardando as operações, com prejuízo para a Aliança, o general brasileiro poderia continuar operando sob sua responsabilidade; o contato de Mitre com López para tratar de paz não implicava em suspensão das operações quando pudessem ser continuadas com vantagem, podendo o general brasileiro prosseguir por si só; o general brasileiro no exercício do comando-em-chefe (ausência de Mitre) não devia aceitar conversações de paz com López; a retirada de Mitre do Exército aliado implicava em que o general brasileiro prosseguisse nas operações de comum acordo com outros chefes estrangeiros; e os ajustes de paz deveriam seguir o que fora estabelecido no Tratado da Tríplice Aliança.

Ressalve-se então que os historiadores e estudiosos da questão do comando aliado no Paraguai classificam as instruções de Paranaguá a Caxias como um atestado de que o comando-em-chefe exercido por Mitre não tinha completa autoridade para decidir, o que não fora explicitado no tratado de 1º de maio.

Ele tinha, na realidade, uma autoridade relativa que dependia doravante da concordância de seu general brasileiro.

Enfim, Caxias chega ao Paraguai em “atitude cautelosa”, segundo Doratioto, e logo entra em contato com Mitre confiando nas instruções que recebera. Sabia, no entanto, que o dia-a-dia da campanha apresentaria oportunidade para divergências que precisariam ser tratadas com o necessário cuidado e firmeza.

Soldado calejado em antigas campanhas, magoado pelas incompreensões da política brasileira quanto à guerra e a sua própria pessoa, estava certamente fortalecido para o que sucedesse. Sabia que as instruções de Paranaguá corrigiam as imperfeições do tratado, mas isso poderia não ser assimilado por Mitre em suas convicções já demonstradas inúmeras vezes.

Favorecia a posição de Caxias perante seu comandante-em-chefe o fato de ser dezoito anos mais velho e ter comandado forças interaliadas na guerra contra Oribe e Rosas, quando seu interlocutor era apenas um tenente na batalha de Monte Caseros, nos idos de 1852.

Naquela oportunidade, Mitre não fazia nenhuma ressalva a Caxias, que, segundo declarou, foi o homem que ele desejava ter sob seu comando.

Além disso, ele conhecia a fama e o prestígio de Caxias como espada vitoriosa em inúmeros embates, ornada de qualidades e virtudes militares, ilustrada por vários cargos políticos de confiança ou eletivos, inclusive o de Ministro de Estado. Pela primeira vez, de fato, Mitre trataria com um estadista que lhe infundiria profundo respeito.

Recordemos que o futuro lhes reservaria dois períodos de convivência: o primeiro, entre a chegada de Caxias no Paraguai, em novembro de 1866, e a retirada de Mitre para tratar de assuntos internos de seu país, em 9 de fevereiro do ano seguinte, quase três meses depois; o segundo, desde o retorno de Mitre ao teatro de operações, em 1º de agosto de 1867, até a sua segunda retirada no dia

13 de janeiro de 1868, decorrido um ano, cinco meses e treze dias.

No primeiro período, trataram os dois chefes militares de planejar o prosseguimento das operações; no segundo, de conduzi-las para o cerco e isolamento da Fortaleza de Humaitá.

Como sempre ocorre, o planejamento militar foi tarefa fácil, embora delicada, enquanto a sua execução daria margem aos dissabores da realidade e das velhas reminiscências de 1866, no confronto de personalidades diferentes e de políticas nacionais nem sempre harmonizadas.

No primeiro contato dos dois protagonistas da história, Caxias perguntou qual seria o plano de campanha para o Exército aliado. Mitre preferiu que o próprio interlocutor discorresse sobre o assunto de sua indagação. Caxias, em carta confidencial ao Ministro da Guerra (11 de setembro de 1867), afirmou que realizaria “uma marcha pela direita, procurando, por meio dela, o flanco esquerdo do inimigo, e por aí atacá-lo”.

Mitre, então, elogiou o plano de Caxias com entusiasmo e acrescentou que aquela era também sua idéia para a manobra.

Segundo o relato pessoal de Mitre sobre o momento, Caxias aceitou o seu plano “não só como o melhor, senão também como a única coisa boa que se tinha que fazer”.

Assim, deixando-se de lado alguma coisa de forma, na verdade a combinação entre os dois chefes foi um fator favorável às operações seguintes e, também, ao relacionamento entre as figuras mais importantes da guerra.

Como dois soldados experimentados, é perfeitamente possível que tivessem pensado na manobra de flanco ao mesmo tempo, não apenas motivados pelo fracasso do ataque frontal a Curupaiti, como pelo conhecimento do terreno acumulado na mente dos brasileiros, naquela fase inicial da campanha, certamente transmitidos a Caxias.

Por outro lado, o primeiro encontro não deu oportunidade para o acerto de detalhes que, futuramente, iriam ser motivo de discordância, nem houve nenhum confronto de opiniões que revelasse diferenças essenciais entre eles.

Mesmo assim, ainda na fase de planejamento da manobra, Mitre, de Buenos Aires, escreveu a Caxias (14 de abril) com sua natural prolixidade, segundo a opinião de Tasso Fragoso, detalhando o que julgava fosse o plano de campanha.

E abriu três alternativas para o prosseguimento das operações quando as forças aliadas chegassem nas proximidades do Rio Paraguai, pelo desbordamento do conjunto fortificado de Curupaiti-Humaitá. Mesmo deixando Caxias com liberdade para agir de acordo com a situação, procurando manobrar para o isolamento das forças paraguaias, Mitre pareceu expressar alguma preferência para o ataque direto, o que foi, mais adiante, prenúncio das discordâncias entre os dois chefes.

Logo depois de seu retorno ao teatro de operações, em 1º de agosto de 1867 (a manobra de flanco tivera início no dia 22 de julho), remeteu a Caxias um estudo de situação resumido.

Nele havia uma série de considerações sobre o inimigo e a manobra aliada, inclusi-

ve o cerco das posições inimigas pelo norte, como constava nos documentos anteriores de sua lavra.

Entretanto, fazia ênfase em que “a operação em terra, feita isoladamente, é estéril, ou, pelo menos, duvidosa. Deve ser feita em combinação com a esquadra”.

A esquadra ainda, segundo Mitre, devia forçar o passo de Humaitá e realizar uma junção com o Exército ao norte da fortaleza, e para tal devia-se emitir “ordem terminante”, porque, assim, os aliados ficariam donos do rio e “em condições de realizar empresas de maior vulto no interior do país, quer por água, quer por terra”.

Caxias, no dia seguinte, 6 de agosto, manifestou concordância com tais conceitos operacionais a serem implantados, antes mesmo de reiniciado o novo movimento terrestre com seus corpos de exército, e escreveu ao Almirante Joaquim José Ignácio, novo comandante da esquadra, que lhe respondeu.

Surgiu, então, uma nova realidade com a ponderação do almirante em ofício confidencial do dia seguinte, mostrando que as posições defensivas de Humaitá estavam agravadas por engenho e arte do defensor, as posições paraguaias estavam preparadas e muito bem-defendidas, havia as dificuldades naturais do lugar, estreiteza dos canais, obstáculos de torpedos e correntes, estacas, “construídas com vagar e tino”. Haveria dificuldades de abastecimento de seus navios através de uma estrada de contorno pelo Chaco, com suas naturais asperezas, e os navios metálicos não apresentavam a segurança que se esperava.

Nesse caso, a esquadra “passa de bloqueadora a bloqueada, se o exército não vence os dois obstáculos” (Curupaiti e Humaitá).

E terminou por afirmar que a operação “não colhe a serviço do Império o mais pequeno proveito senão satisfazer o mal entendido orgulho,” terminando por mostrar sua disciplina de marinheiro-soldado, dizendo que cumpriria ordens e que faria o humanamente possível nesse sentido.

Caxias achou justas as ponderações do almirante e as comunicou ao comandante-em-chefe, pedindo-lhe uma conferência e afirmando, em novo expediente, que os argumentos de José Ignácio lhe causaram impressão profunda e lhe promoveram dúvidas sobre o sucesso da operação. Acrescentou ainda que as forças de terra estavam perdendo sua impulsão e que as medidas a tomar doravante teriam caráter de urgência.

Teve início, a partir daí, uma fase de divergências que, apesar de não se constituírem ainda em crise de comando, evoluíram para tal devido à insistência de Mitre em seu ponto de vista.

Caxias, diante dessa atitude, formulou a idéia de romper as fortificações de Curupaiti com a esquadra e colher informações mais detalhadas sobre Humaitá, enquanto se decidiria pelo seu investimento, “calculando-se pelo que ocorresse na passagem de Curupaiti se poderia ir também além de Humaitá,” segundo Tasso Fragoso interpretou a nova proposta.

O Almirante José Ignácio concordou com a manobra e Curupaiti foi ultrapassa-

da com algum sacrifício pela esquadra, no dia 15 de agosto, criando uma nova situação que, estudada, se constituiu em motivo de discordância entre Caxias e Mitre.

Deram-se conta os chefes navais de que o grosso da esquadra em seus meios metálicos estava isolada, porque o transporte de suprimentos pesados pelo Chaco era insuficiente. Para o almirante, a missão de prosseguir e até mesmo continuar operando entre as duas fortalezas (onde seus navios eram vulneráveis) era superior aos meios de que dispunha. E, nesse momento crucial, usou de um argumento que calou fundo no espírito de Caxias, porque transcendeu a área militar restrita ao teatro de operações para incidir em assuntos do Estado.

Disse o almirante em 30 de agosto:

“(...) nas atuais circunstâncias em que se acham as repúblicas do Prata, revolucionadas ou em vias de revolução, conhecidos como são os sentimentos dos revolucionários a respeito do Império do Brasil, é prudente arriscar a parte mais importante de nossa Marinha a uma ruína certa e inevitável?”

E desaconselhou o prosseguimento sobre Humaitá.

Caxias, ainda mais sensibilizado com essa contundente argumentação, comunicou a Mitre, no dia 18 seguinte, que pensava não ser conveniente forçar tão cedo o passo de Humaitá. “Não arriscarei, portanto, a esquadra,” disse.

Foi um longo ofício completo em argumentos que fundamentavam até mesmo o retorno da esquadra rio abaixo. Para ele, havia limitações técnicas dos navios encouraçados, as defesas de Humaitá estavam

reforçadas ao máximo, alongava-se a linha de suprimentos pelo Chaco.

Em seguida, Mitre manifestou que não concordava com o retraimento da esquadra para jusante de Curupaiti e reclamou seus direitos como comandante-em-chefe, criando uma delicada situação para Caxias.

Na análise desse impasse imagina-se que Mitre, como argentino, desejava forçar o emprego da esquadra para eliminá-la como argumento estratégico do Império no Prata.

Como se vê, o incidente tomava gravidade como conseqüência do tratado que dava a Mitre a direção geral da guerra, mas colocava a esquadra em situação de certa independência do comando-em-chefe. Ocorreria, então, pela falta de unidade de comando entre as forças brasileiras no início da guerra, uma série de novas divergências entre nossos chefes e Mitre.

Enquanto isto, nesse ambiente de certa indefinição, manobraram-se os corpos de exército para que completassem, antes do final daquele ano, o isolamento de Humaitá, enquanto a esquadra permanecia ao norte de Curupaiti contra a vontade de seu almirante, mas inerte, segundo Mitre.

Enquanto isso, permanecia a batalha dos ofícios e memórias entre os dois chefes, terminando Mitre por indagar a Caxias (com toda “franqueza”) se tinha instruções de seu Governo sobre o impasse do relacionamento de comando que viviam, dizendo que era o diretor da guerra e entendia que tudo deveria ocorrer para um objetivo traçado por “uma só direção”.

Observe-se, no desenvolvimento dessa complexa questão, que os entendimentos

entre Caxias e Mitre eram feitos à distância, sendo raríssimas as oportunidades em que os dois chefes estiveram um diante do outro, apesar de não serem tão longas as distâncias entre eles.

Até mesmo os assuntos que diziam respeito à interpretação do tratado foram expostos por escrito, quando poderiam ser motivo de conversações de viva voz.

Caxias, no dia 28 de agosto, argumentou que o tratado não dera a Mitre o comando da esquadra, por ter sido ele expressamente entregue a Tamandaré. Apesar de a esquadra ter por obrigação apoiar as operações terrestres sob uma direção geral, qualquer plano teria de ser “combinado”, e foi o que acontecera com o rompimento do passo de Curupaiti, no dia 15 do mesmo mês.

Mitre, por sua vez, insistia na idéia de que era o diretor geral e comandante-em-chefe da guerra, e que a esquadra lhe devia obediência. Estava decidido a levar a questão ao Governo de seu país, sendo de opinião que Caxias devia fazer o mesmo.

Nesse momento (ofício de 9 de setembro de 1867), mesmo sem o desejar, Mitre tranqüilizou o espírito de Caxias, porque admitiu que a questão transcendera do âmbito militar para outra área distante do teatro de operações, entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, onde seria resolvida na área da política de guerra.

Esse clima de indefinições seria finalmente solucionado em dezembro, três meses depois, com a comunicação do Governo brasileiro de que o comando da esquadra não estava diretamente subordinado a Mitre. Ficou confirmado, uma vez mais, que

as injunções da alta Política nos exércitos interaliados estão acima da racionalidade de um comando operacional, o que sugere estudo.

E se pode perguntar também qual foi a razão de tanto afastamento, senão o ambiente formal e cerimonioso que o confronto entre os dois chefes suscitava.

Talvez estivessem evitando um atrito pessoal irreversível que tais momentos sempre sugerem. Talvez Mitre, naquele afastamento físico, desejasse documentar sua argumentação, e Caxias manifestar sua independência fixada na resposta do Ministro Paranaguá, ainda em outubro do ano anterior, fato que, certamente, não era ainda do conhecimento de Mitre.

Difícil é, nesse momento, discutirmos as razões militares expostas por cada um em seus longos ofícios confidenciais e memórias, mas uma delas foi, certamente, o estopim ou a causa imediata das gélidas relações que se seguiram no âmbito do comando.

Naquela memória, que hoje chamaríamos de estudo de situação escrito, Mitre repetiu, com certa veemência, seus argumentos anteriores sobre Humaitá, manifestando a intenção de “acusar a esquadra, fazendo a crítica severa de sua atividade” (Tasso Fragoso).

Para ele, o fracasso das forças navais devia-se ao fato de a operação não ter sido realizada como seria conveniente e de a esquadra não ter prestado os serviços que, em diversas ocasiões, lhe cabiam.

Foi aquele documento uma espécie de libelo acusatório de que falhara em seus

compromissos, trazendo mesmo alguns insultos quando afirmou que, se ele, Mitre, fosse o comandante da mesma não vacilaria em empregá-la até se perderem, pelo menos, dois terços de seus encouraçados. E ainda mais, disse, se toda a esquadra se perdesse, “ficaria bem perdida”. E que sua insistência era motivada por ter meditado muito sobre o fato.

Caxias, por sua vez, externou sua irritação naquele ofício de setembro ao Ministro da Guerra, afirmando que sua desconfiança em Mitre tivera origem nas propostas de campanha do comandante-em-chefe depois de seu regresso, querendo que se realizassem operações de sentido protelatório.

A respeito do emprego da esquadra, perguntou ao ministro: “Por que essa teimosia de sua parte? Faltava aos nossos marinheiros coragem militar para levar a cabo a empresa? Pois já não haviam dado provas evidentes de honra e de leal desejo de colaboração com os exércitos aliados?” (Tasso Fragoso).

Caxias demonstrou então que estava tomado pelas dúvidas sobre as verdadeiras intenções de Mitre e seus sentimentos hostis ao Brasil, como mostram suas palavras: “No espírito do General D. Bartolomeu Mitre atua pensamento oculto e maléfico com referência ao Império e à presente guerra, e que nossa boa fé e sinceridade estão bem longe de serem por ele compreendidas.”

E atribuiu a Mitre o desejo de procrastinar a guerra, o que era uma calamidade para o Brasil e elemento de prosperidade para a Argentina, lembrando que retirara

da campanha cinco mil soldados de seu país em fevereiro de 1867. Referiu-se à desmoralização de Mitre com a Conferência de Itaiti Corá, reprovada pelos governos aliados, e lembrou os incidentes de Curupaiti.

Afirmou ainda que Mitre “nutre idéia sinistra a respeito da esquadra” porque ela exibia aos argentinos “um elemento poderoso de nossa preponderância nos mares da América do Sul”. Daí o seu desejo de fazer desaparecer os elementos que tanto assustavam seus patrícios, desejando vê-la completamente destruída.

Diante de tantos arazoados de Mitre e intrigas da imprensa portenha, disse Caxias que os fatos haviam sido adulterados cinicamente para menoscar e deprimir o Exército e a esquadra, procurando ridicularizar seus generais.

Foi quando Caxias revelou o seu estado de espírito entre a lealdade com que chegou disposto para cumprir o tratado e o reconhecimento de que “fora errônea a crença com que marchei”.

Reportou-se ainda às idéias de Mitre que, segundo ele, se caracterizavam pela defesa de soluções que nada contribuíam para acelerar a guerra, como ter querido estabilizar a frente entrincheirando-se diante do quadrilátero de Curupaiti-Humaitá e perdendo a iniciativa das operações, deixando de cortar as ligações do inimigo com Assunção por uma manobra.

Com essa memória de Mitre e o ofício confidencial de Caxias ao Ministro da Guerra, encerrou-se o capítulo do relacionamento entre eles com base na confiança

recíproca, e teve início uma fase de desconfianças que só teria fim quando Caxias assumiu o comando-em-chefe, em janeiro de 1868.

Mesmo assim, as operações por terra terminaram com o cerco de Humaitá pelo domínio das barrancas do Rio Paraguai e por ter sido repellido o segundo ataque paraguaio em Tuiuti.

No dia 13 de janeiro de 1868, Mitre retirou-se para Buenos Aires sem que ocorresse o esperado abalo em suas relações pessoais com Caxias, inclusive durante a última entrevista que se passou em ambiente de cordialidade. Entre ele e Caxias, mesmo nos instantes mais graves de discordâncias e desconfianças, não houve nenhum incidente pessoal ou outro qualquer ato criticável.

O fato demonstra, insofismavelmente, as qualidades humanas e as virtudes militares de cada um. Mas ficaram para os historiadores e analistas da história ensinamentos sobre o procedimento dos militares diante de quadros semelhantes.

Fato notável de nossa história é a resposta de Paranaguá aos anseios de Caxias e a idéia que fazia do comandante-em-chefe, exatamente num momento em que as operações militares produziam frutos notáveis.

Em 28 de setembro de 1867, em ofício confidencial, ele tentava apaziguar o espírito de seu interlocutor, insistindo na necessidade da harmonia entre os aliados. Sustentava que era indispensável a boa convivência com Mitre até seu afastamento, o que viria a ocorrer, como se sabe, em janeiro seguinte.

A segurança das palavras de Paranaguá fizeram daquele documento um dos mais belos de nossa literatura militar oficial.

Confirmando instruções anteriores expedidas no início do comando de Caxias, Paranaguá afirmou que se ele acreditasse que havia um plano oculto do General Mitre para “procrastinar o término da guerra e vir que pode empreender operações conducentes à derrota do inimigo, está V. Exa. autorizado a operar independentemente de Mitre”.

Essa ação firme de Paranaguá coadjuvava sua carta pessoal a Caxias, na qual achava em Mitre o desejo de que as operações militares fossem mais ativas e externara sua confiança na lealdade do comandante-em-chefe. Possivelmente achando que Mitre fosse sincero, o Ministro manifestou aí discordância com Caxias, certamente pensando em diminuir suas dúvidas.

Tasso Fragoso aprecia o final desse incidente com a tolerância e extrema moderação que sempre caracterizaram os seus escritos, dizendo que, graças à superioridade moral de Caxias e de Mitre, o horizonte se foi desanuviando e a aliança ficou de pé.

Daquele setembro de 1867 até a passagem do comando-em-chefe de Mitre para Caxias, menos de quatro meses depois, nada se registrou de desagradável no relacionamento dos dois chefes, como já foi lembrado.

Neste momento de recordações, não nos compete definir se são verdadeiros ou enganosos os sentimentos de Caxias nessa

questão com Mitre, ou os de Mitre em relação a Caxias.

Mitre, de várias maneiras, somara esforços aos do Império no momento em que a maioria dos argentinos, mesmo diante de um Paraguai agressivo, era movida por sentimentos negativos em relação ao Brasil. Sem dúvida, foi o estadista de seu tempo que mais compreendeu as boas intenções do Império, no meio de publicistas agitados pelas idéias republicanas cultivadas com tanta paixão entre os hispano-sul-americanos.

O que nos compete fazer, diante de tantos homens ilustres, é esboçar algumas mensagens desta história tão cheia de dramaticidade.

Afinal de contas, não nos detivemos nas razões pessoais de Mitre expostas em seus depoimentos depois da guerra, aprofundadas por apreciações sobre a sua boa-fé por alguns de seus biógrafos e historiadores da guerra.

Reconheçamos, entretanto, que sua insistência seguida de algumas acusações à esquadra, tomadas como insultuosas pelos brasileiros em campanha, configuraram as suspeitas sobre suas intenções e motivações políticas.

São inúmeros os ensinamentos desse episódio.

A diplomacia brasileira não se aventurará mais em tratados e acordos que envolvam a guerra sem reconhecer o com-

ponente militar num possível conflito armado.

Foi o erro da Tríplice Aliança, que não se deve repetir na organização dos comandos operacionais, exigindo-se definições claras do princípio da autoridade e responsabilidade de comando e suas limitações diante dos fatores maiores da política.

Por falta justamente dessas definições, Caxias, ao chegar no Paraguai, apesar de atendido pelas respostas de Paranaguá, levava em seu espírito um passado de desconfiança na atuação de Mitre.

A história mostra que, nos exércitos interaliados, deve prevalecer a confiança entre os chefes militares e destes na direção da guerra, o que mostra a importância de uma boa solução de convivência estabelecida nos textos acertados.

Torna-se necessário buscar a unidade de comando das forças brasileiras no teatro de operações e o tanto quanto possível no próprio nível do comando-em-chefe.

Naturalmente, devemos recordar que Caxias estava ressentido contra os procedimentos da própria política brasileira, o que, como resultado positivo, deu-lhe paciência e habilidade para tratar com Mitre, já que, agora, contava com o apoio de seus orientadores em nível de Governo.

Compreende-se que seu tratamento respeitoso e formal com Mitre é um exemplo para os chefes militares do futuro. E motivo de meditação para políticos, diplomatas e militares em todos os tempos.

